

O HERALDO

BI-SEMANARIO REPUBLICANO DEMOCRATICO

DIRETORES E PROPRIETARIOS: — LYSTER FRANCO E JOÃO PEORO DE SOUSA

Administrador, — J. P. Sousa — Editor, — L. Franco

Publica-se ás quartas e sábados

Redação, administração, composição e impressão

Tipografia Democratica, Rua 1.ª de Dezembro — FARO

ASSINATURAS: — Trimestre 500 réis — COMUNICADOS E ANÚNCIOS — Cada linha 20 réis. Para a 1.ª e 2.ª pagina contrato especial. Publicam-se todas as informações de interesse geral.

PARA A HISTORIA

Causou a mais desagradável impressão nesta cidade a serie de disparatadas balelas que a *Provincia do Algarve*—órgão do partido regionalista de Tavira—se lembrou de espalhar aos quatro ventos da fama, ácerca dos acontecimentos de Faro.

E' certo que ha muito vinha causando dolorosa extranheza, entre os republicanos desinteressados e sinceros e entre todos os verdadeiros liberaes, a forma incorreta e disparatada e a pouca seriedade com que n'aquelle jornal, dirigido por um ex-ministro, se ventilavam as mais graves e importantes questões respeitantes á politica geral e aos interesses desta provincia.

O mal vem, é certo, de ha muito tempo.

Vem desde o momento nefasto em que o antigo jornal republicano, abandonando os seus principios de critica e de discussão leal, passou a ser orientado por espiritos tacanhos de pretenciosos inuteis, que nada sabem trazer de valioso e de aproveitavel a este cadinho de Progresso, que é a imprensa periodica.

Vem desde o momento celebre em que, transformado em extendal de odios e de incompatibilidades pessoais, a *Provincia do Algarve*, órgão de um ministro de Estado, o desmentia nos seus artigos, o contradizia a cada passo, empenhada como estava, por extranhas forças, em lançar o descrédito e o ridiculo sobre o governador civil de então, o austero republicano Julio Cesar Rosalis, tão rudemente tratado que esteve a ponto de ver-se atingido por uma torpe campanha de descrédito pessoal, que tinha por fim enlamear a pureza do seu caracter e obscurecer as suas qualidades de cidadão honesto e probo e de dedicado amigo da Republica.

Toda essa campanha ignobil obedecia ao odio felino de certos despeitados que, não tendo encontrado no então governador civil do Algarve, predesposição para acolher de bom grado os salamoleques e venias dos rasteiros bajuladores que pretendiam adula-lo, desde logo lhe ficaram consagrando um odio de morte, que depois se desentranhou em mil desconsiderações e atropelos.

Estão ainda na memoria de todos os artigos asneiros publicados nesse tempo pelo órgão regionalista de Tavira!

Havia neles o extravasar imundo de um odio recalcado; um nervosismo comparavel ao do assassino assalariado, que, ao abrigo de uma esquina, esprieta a vitima para roubar-lhe a existencia.

Não era a vida que pretendia

roubar-se ao sr. Rosalis, era a sua reputação de homem honesto e de republicano austero; e por isso os golpes repetiam-se, os ataques sucediam-se de forma ininterrupta, mas sempre tão desorientados e imbecis que até se deu o caso unico nos fastos da tolice da humanidade de ver-se um jornal dizer em letra redonda precisamente o contrario do que dizia em pleno parlamento, o homem cujo nome figurava no seu cabeçalho como diretor!

Nós combatemos tambem o sr. Rosalis como governador civil, mas o nosso combate, que foi desde o campo jornalístico, até ao comicio publico, primou sempre por leal e cortez, sem que de todo ele resultasse qualquer indignidade que pudesse macular-lhe as intenções.

Entendiamos e entendemos que num regimen democratico, todos os gestos politicos devem ser acentuadamente definidos e por isso, combatemos o sr. Rosalis por ter dissolvido a primeira comissão municipal republicana sem dar explicações do seu gesto.

Soubemos depois que tal procedimento lhe tinha sido ordenado pelo ministro do interior, e medimos então em toda a sua profundidade o abismo de repelentes torpezas em que se pretendeu despenhar o velho republicano Julio Cesar Rosalis!

Demitido este, todos nós julgamos que, tendo desaparecido a causa que tornava rabiosa a *Provincia*, esta se acomodasse e voltasse aos seus antigos tempos de bom senso.

Mas qual!

Com a vinda do sr. Paulino de Andrade—um exhibicionista vasio, divorciado de toda a opinião republicana com quem desastrada e estupidamente se malquistou,—o órgão regionalista de Tavira peorou nas suas crises de demencia e de disparatado impulsivismo e eil-la feita cartaz animatografico das virtudes civicas e das proezas regedorias do sr. Paulino de Andrade lá pela terra dos tigres, das hienas e das serpentes.

Todavia, quando se tem o nome no cabeçalho de um jornal, quando se gosa de uma fama austera e, bem ou mal se sobraçou uma pasta de ministro, adquirem-se certas responsabilidades a'que não é facil fugir.

Vem isto a proposito das irritantes atoardas espalhadas pela *Provincia*, onde, como em nicho de capela sertaneja, figurou sempre, e figura ainda hoje, o nome do sr. dr. Silvestre Falcão.

Nem nos ocupamos a desmentir o acervo de caluniosos disparates publicado pelo jornal regionalista da Tavira, cujos bons creditos naufragaram desde que passou a ser manipulado por incom-

petentes sem escrúpulos, desorientados pela mais intensa fobia da exhibição jornalística.

Não! Para entrarmos em tal campo seria necessário esquecer o respeito que devemos aos nossos leitores e o proprio brio da nossa dignidade.

Nestes termos estava naturalmente indicado que trouxessemos para o campo das responsabilidades o sr. dr. Silvestre Falcão e fazemo-lo sem odios nem ressentimentos, lamentando que este sr., na sua dupla qualidade de medico e de politico, não tivesse um vislumbre de bom senso que o levasse ao gesto honroso de impedir que nas colunas de um jornal que tem o seu nome se levantasse a mais ignobil campanha contra um medico distinto, que, muito embora não saiba ou não queira fazer-lhe sombra no campo politico—o que não seria difficil a qualquer mortal, mesmo sem ser medico—lhe faz certamente sombra no campo profissional.

Onde estava o sr. dr. Silvestre Falcão que assim consentiu que nas colunas do seu jornal um despeitado invejoso tentasse macular com um qualificativo ridiculo, enxertado numa prosa de empréstimo, a justa reputação do sr. dr. Candido de Sousa, um clinico distinto que só devia merecer-lhe consideração e respeito?

Todos os fenomenos tem explicação.

Comtudo—apezar de todas as hostilidades que o órgão regionalista de Tavira procura levantar contra nós, na furiosa sanha que actualmente o domina de exterminar o partido democratico algarvio,—concluiremos que o sr. dr. Silvestre Falcão, neste caso, deixou operar livremente o seu avalar, não pensando que de um tal procedimento poderia deduzir-se uma certa dose de despeito e de raivinhas contra o profissional conhecido, que é no fim de contas para o sr. Falcão, um official do mesmo officio!

Ninguém lamenta mais do que nós os acontecimentos que se deram em Faro, mas este fato de forma alguma nos impossibilita de formular o mais veemente protesto contra aqueles que, aproveitando jesuiticamente, traiçoeiramente, a ocasião, procuram a todo o transe desvirtuar a verdade dos fatos e tentam desprestigiar o já importante núcleo do partido democratico de Faro.

A esses o nosso desprezo, não como inimigos politicos—que a tal craveira não chegam—mas como serventuários estupidos, capazes de estragar a melhor causa!

Bom será, pois, que os despeitados e avariados dum triste demetado e ás invejas profissionais d'um medico, deem por terminados os seus gestos de doidice e de despeito.

ECOS E CONSIDERAÇÕES

Paulinices

Dizem-nos que em Tavira, um simpatico republicano, serventurio da firma S. Silvestre, Padinha, Paulino e Comp., se marrou ao deparar com um rapazote que, por dever civico, distribuia alguns manifestos dos republicanos de barlavento, de propagação contra a nefasta politica do paulinissimo chefe. O rapazote foi levado á presença do sr. administrador e, pelo que se vê, teve muitissima sorte em não ficar detido!

Em todo o caso, os manifestos sempre se foram rasgando, á cautela, e isto a dois anos da implantação da Republica!

Ai gente, gente de Tavira! Tudo selvagens... a não ser os assinantes do *Heraldo*.

Justiça de fúni

A ultima hora, informam-nos de que a autoridade administrativa não enviou nem envia para juizo nenhum auto policial contra o Ludovico de Menezes, pelos crimes que praticou junto da loja do barbeiro Assis, na tarde do dia 25.

Ninguém duvida de que o Ludovico puxou dum revolver «que por sinal era do seu patrão dr. Silvestre» e de que ele proprio quando foi preso, declarou que não tinha licença de uso e porte de arma, sendo certo que até varias pessoas, e entre elas o captor que foi o agente de policia n.º 38, lhe ouviram pedir ao mesmo captor que lhe não apreendesse o revolver, que o desgraçava porque não tinha licença.

Desde então para cá, não consta que o sr. commissario tenha ouvido quaisquer testemunhas sobre o assunto e cremos que até nem pensou nisso.

Agora, vem o proprio commissario declarar que não mandou o auto para juizo, porque o Ludovico lhe apresentou a licença de uso e porte de armas (!!!)

Ora, quando foi que o Ludovico perpetró os crimes a que nos estamos referindo? No dia 25. E quando apresentou a licença? No dia 29. Que fez o sr. commissario desde o dia 25 até ao dia 29? Dormiu sobre o caso, á espera que o Ludovico arranjasse a licença!!!

Muito bem! Multissima bem! Mas tudo deveria acabar? Que delitos praticou o Ludovico? Vejamos: Visto que puxou dum revolver, sem a respectiva licença de uso e porte de armas, ou sem autorização legal, incorreu no crime previsto no artigo 253.º §. 1.º do Código penal, que diz assim:

«Aquele que sem licença da autoridade administrativa ou sem autorização legal... usar armas brancas ou de fogo, será condemnado a prisão correccional até seis meses e multa correspondente.»

Visto que num lugar publico, alterou, por meio de gritos subversivos a ordem ou tranquillidade publica, está incurso no artigo 185.º §. 2.º do código penal, que diz assim:

«Aquele que nalgum lugar publico levantar gritos subversivos... da ordem publica, será condemnado em prisão correccional até tres meses.»

Visto que ameaçou alguém, usando um revolver, cometeu o crime previsto no artigo 363.º §. 2.º do código penal, que diz assim:

«A ameaça com arma de fogo, em disposição de causar mal immediato, considera-se offensa corporal e é punida com prisão correccional até tres meses.»

Ora, em presença de tantos crimes, quem autorizou o sr. commissario de policia a declarar que não mandava nenhum auto para juizo?

Tem que o mandar. E a lei que assim o ordena, e se o não mandar, não cumpre o seu dever.

Demais, capturado o Ludovico, o sr.

commissario não o podia soltar: a sua estrita obrigação era envia-lo para juizo, porquanto a apreciação da natureza, circunstancias e culpabilidade dos fatos arguidos aos prezos é da exclusiva competência do poder judicial, como assim o atestam varias portarias desde 1837 a 1839.

Percebeu o sr. commissario? Pois então vá levantando autos de investigação contra o Ludovico de Menezes, cumpra o seu dever e... não tenha medo de que outros poderes mais altos o ponham fora do seu logar.

Porque se os não cumprir, nem por isso o Ludovico deixará de ser chamado aos tribunales.

Nota—Alguem, talvez a propósito, nos aponta o § 3.º do artigo 183.º do código penal, que se pronuncia d'esto modo:

«Aquele que nalgum lugar publico se apresentar em manifesto estado de embriaguez, será condemnado como contraventor a multa até oito dias.»

Mas isto é forte de mais e, alem disso, podem lembrar-se do tomar o caso como circunstancia atenuante e o Ludovico, por este caminhar, iria para o elbo da rua!

Zuni-zuns

Constou por aí que o sr. major Paulino tencionava expulsar da respectiva corporação o guarda civico n.º 15 por este não ter feito capturas quando assistiu á celebre refrega da rua das lojas.

Consta agora que o mesmo guarda—testemuha a precencia dos fatos e que como tal os descrevia de forma muito honrosa para o sr. dr. João Pedro de Sousa,—resolveu recolher a fala ao bucho e movido por tenebrosas influencias, já não diz coisa que se pareça com as suas primitivas declarações.

Diz-se tambem que o mesmo guarda já não se expulso.

Não poderia o sr. major Paulino explicar-nos este fenomeno que tanta curiosidade está despertando entre todas as pessoas que imparcialmente tem apreciado os ultimos sucessos?

Seja franco o sr. Paulino de Andrade. Seja franco!

De quem era a arma?

Vae um fremito de curiosidade por toda a população citadina que procura á viva força investigar a quem pertenceria o celebre revolver empunhado pelo sr. Ludovico de Menezes, quando, em manifesto estado de exaltação, pretendeu assassinar um auzente.

A falar a verdade o caso está intrincado a valer.

Que o sr. Ludovico premeditara a cena comica em que se exhibiu, pedindo um revolver emprestado ao sr. Ventura Vilhenha, já nós sabiamos; que disse que ia a Tavira pedir ao seu compadre Falcão qualquer arma emprestada tambem nos constou; mas d'ai a estabelecermos com o indispensavel rigor a proveniencia do instrumento homicida vae tão grande distancia como daqui á lua.

Se, em vez de revolver, fosse alguma azagaia seria mais facil a tarefa e escusavamos de andar a quebrar a cabeça com tantas suposições...

Terreno conquistado

Queixam-se nos varios assinantes da rua de S. Pedro e seus arredores, de que tudo para aqueles sitios está num perfeito desaforo, e até nos dizem que o celebre e autentico *Beijo Rachado* tem aparecido de carabina ao hombro, sempre em guarda para defender o seu amo e senhor.

Pois, ainda isto é pouco. Tambem nós fomos hontem arreliados pelo *Beijo Rachado*, que, em attitude provocadora, passou junto da nossa redação.

Mas que?! Toda a gente sabe que o provocador anda de costas, quentes, protegido pelo seu amo e senhor, e que, mesmo que não tenha licença de porte de armas, sempre tem o privilegio de a arranjar á ultima hora.

Exatamente como o Ludovico!

CONTOS E NOVELAS

A CRUZ DE HERWIGIA

LENDA TODELANA

(DE RAFAEL TORROMÉ)

I

El rei Witisa, penultimo da monarchia wisigotica, foi prudente e comedido no principio do seu reinado, talvez porque a juventude da alma, como a do corpo, tem naturalmente expressões gentis e rasgos de beleza; porem, a medida que os anos o amarguraram e as proeminencias do poder e ensurberbecaram, tornou a cordura em ousadia e a prudencia em atrevimento.

Quiz a desgraça que este rei se enamorassem de Herwigia, mulher de D. Favila e dama principal da corte; porem, compreendendo que nem ela levaria a vassalagem até aos limites do adulterio, nem ele poderia contentar-se senão com a sua posse livre e plena, determinou assassinar o seu rival para que a viuvez de Herwigia aplanasse os impedimentos provenientes do seu matrimonio.

Assim, pois, el-rei, mascarando a sua maldade com apparentes receios politicos, um dia convocou, em seu alcaçar de Toledo toda a nobreza, e quando a viu reunida subiu ao trono e com voz austera e grave falou assim:

—Acabo de saber que entre vós ha um, cujo nome ignoro, que conspira contra o seu rei; para descobrir quem seja apelo para um Juizo de Deus que patenteará a verdade d'esta maneira: Vou cobrir os meus olhos com uma das mãos, com a outra lançarei o meu punhal de ferro, aquele a quem atingir, esse será o culpado.

Seguidamente fingiu el-rei tapar os olhos com a mão esquerda, todavia entre os dedos tremulos olhava raparosos para D. Favila, contra o qual arremessou a sua arma, atravessando-lhe o peito.

O infeliz caiu banhado em seu proprio sangue; a corte hucronisou-se perante aquella cena. Herwigia perdeu os sentidos nos braços de algumas damas que a acompanhavam, e o rei, em pé junto do trono, indeciso e tremulo, sentia que conjunctamente lhe lavravam seu peito as chamas do amor e a fogueira do remorso.

Fingindo sentir nullo a morte de D. Favila, não só pela traição do vassallo, mas tambem pela perda do amigo, Witisa derramou abundantes lagrimas, todavia os nobres, embora não suspirassem da perfidia encerrada n'aquella farsa Juizo de Deus, desde logo resolveram vingar a morte do illustre fidalgo.

II

A desventurada Herwigia, que amava ternu e profundamente seu esposo, renunciou a todos os afetos da vida para consagrar-se ao amor divino encerrada no claustro de um convento; quando el-rei, por inultas e repetidas instancias, procurou desviar-lhe do seu intento, não o conseguiu porque a dama respondeu-lhe:

—Meu esposo morreu ás vossas mãos e por Juizo de Deus, visto que o meu soberano e o meu Deus querem que eu seja livre, devo cumprir a pena da tristeza que me deram.

Não podendo Witisa vencer tal decisão nem enfraquecer o entusiasmo piedoso da sua amada, tendo ciúmes da divindade assumida como já os tivera de um homem, intentou relaxar os costumes dos sacerdotes para induzidos a toda a casta de desmandos; proclamou archbispo de Toledo um seu parente e abençoou os clérigos a contrahirem matrimonio.

Estes sacrilegios mais aborrecido o tornaram aos olhos de toda a gente e, em vez de conseguir um esfriamento na fé dos seus vassallos, apenas logrou que contra elle se tramasssem conspirações, quasi todas dirigidas por D. Rodrigo, que aspirava ao trono de Hespanha.

Cada vez mais escravo da sua paixão, e com o desejo mais acendido quanto mais contrariado; conseguiu Witisa com dadas e honrarias, peitar uma monja do convento onde se encontrava Herwigia e, auxiliado por esta cumplice, penetrou uma noite n'aquella santa reclusão, sendo secretamente conduzido á cela da viúva de D. Favila.

A nobre dama quando se encontrou na presença do rei, censurou-o por vir a taes horas visitala, porem Witisa desculpou a sua ousadia com a tentadora beleza da illustre senhora, pedindo-lhe que olvidasse antigos ressentimentos e confessou-lhe o intenso afeto que lhe dedicava desde muito; pelo que, no animo de Herwigia, se confirmou a suspeita de que el-rei fizera morrer seu marido pretextando um Juizo de Deus na apparencia, mas cedendo na realidade, ás tentações da maldade, impellido pelo demónio do amor.

Desperto já o odio n'aquella coração em que Witisa espera encontrar o seu amor correspondido, a gentil viúva despediu-o indicando-lhe a porta com um gesto cheio de magestade; elle, porém, não cedeu,

antes, imperiosamente, exigiu a satisfação dos seus brutaes desejos.

Em tal extremo Herwigia compreendeu que só Deus poderia defende-la do rei e, pegando n'uma cruz de metal que havia sobre um retabulo, com ella escudou seu corpo.

Mas Witisa tinha avançado muito para recuar mesmo perante o simbolo do cristianismo.

Arrebatou a cruz das mãos de Herwigia, abriu furtoso a janela que dava para o Tejo e lançou a santa insignia á profundidade do rio.

A cruz descreveu um grande arco no espaço e caiu, depois, de pedra em pedra, arrancando sons metallicos que lembravam o entrecachor de muitas laminas cruzando-se em cruenta guerra; por fim, através a bruma que se erguia aquella hora, afundou-se nas aguas turvas sobre as quaes pairou, por instantes, um reflexo sangrento.

Naquelle momento, milhares de guerreiros em cujas armas reverberava a lua, invadiram as fortalezas. Eram os parciais de D. Rodrigo que chegavam, na sublevação contra o cruel Witisa.

I

O penultimo rei dos Wesigodos foi destruido por D. Rodrigo para uma fortaleza de Cordova, e, para que perdesse para sempre as idéas de recuperar novamente o trono, mandaram arrancar-lhe os olhos.

Conta a tradição que o infornado Witisa quando se encontrou agouisante, estendido no solo, sem amparo nem socorro algum, e sem mais remedio que uma bilha de agua para apagar a sede da sua febre mortal, sentiu volar-lhe a vista ás esvasiadas orbitas e dirigindo o olhar para as paredes do carcere, viu, quasi junto de si, a relizente cruz de metal que outrora arrancara das mãos da linda Herwigia.

Tornou a ouvir, tambem, os sons metallicos que a santa insignia produzira, caíndo de pedra em pedra, até ao rui e pareceu-lhe que o sangue de D. Favila, brotando na sua frente, lhe caia, gota a gota, nos olhos.

Naquelle transe supremo, Witisa juntou as mãos e olhando cheio de arrependimento a cruz que com tanta colera fitara quando era rei e poderoso, resou com fervor pela primeira vez na sua vida, enquanto que o espirito se lhe desprendia da miseravel prisão da carne pecadora.

Lyster Franco.

DIA HISTORICO

31 de agosto

1513—Tomada de Azamor pelos portugueses.

1813—Ataque de S. Sebastião.

1839—Convenção de Vergara, entre os generaes Espartaco e Marote.

1870—O exercito francez retira de Metz.

1 de setembro

1503—Entra em Lisboa o primeiro tributo do Oriente.

1715—Morte de Luiz XIV.

1813—Combate de Vera.

1833—Cercó de Lisboa pelas tropas do marechal Baumont.

1910—Declara-se a greve geral em Saragoça.

2 de setembro

31—A. C.—Batalha de Accio.

1591—Victoria dos Portuguezes em Chaul.

1630—Horroroso terremoto na ilha de S. Miguel, onde rebenta um vulcão.

3 de setembro

1649—Morre preso em Milão, o infante Duarte de Bragança, irmão de João IV.

1658—Morte de Cromwel, na idade de 59 anos.

1758—Atentado contra José I.

1759—O marquez de Pombal expulsa os jesuitas.

1833—Partida das tropas do Porto sobre Penafiel.

1910—Morte do illustre professor Coghieri Pedrosi.

FILOSOFIA PRATICA

PENSAMENTOS

As revoluções politicas são os balões de oxigenio empregados na terapeutica social.

Albiani.

A mulher é um quadro com duas faces. Vêde-a por um lado e nada ha tão agradável; considere-a por outro: não ha coisa mais terrivel.

C. de la Barca.

Não ha religião mais sublime que a verdade.

C. Calvo.

EM DEFESA DA REPUBLICA

Ainda hoje se não fala n'outra coisa que não seja a celebre questão do 33.

Os habitantes de Faro conhecem de sobra todas as passagens d'estes notabilissimos acontecimentos, que dominaram a opinião publica; seguiram-lhes mais ou menos todos os momentos, desde as primeiras notas de reportagem até ás ultimas trações de que foi vitima o sr. dr. João Pedro de Sousa. Para esses, era positivamente desnecessario fazer novas considerações sobre o caso. Mas é preciso, é indispensavel orientar a opinião dos nossos leitores de fóra da cidade, a quem a insidia ou a artimanha de quesquer difamadores profissionais ou a alcoolica Provincia do Algarve tenham pretendido convencer das calúnias que se lembravam de vomitar.

Produzidos os incidentes, pelo abuso dos officiaes, foram elles descritos e commentados pelo nosso jornal do mesmo dia. E' certo que a descrição, feita em seguida aos acontecimentos, soffria um pouco de rizeja ou exaltação que se não apoderava do espirito, mas nem porisso ella foi menos verdadeira em todas as suas situações.

Veu, porém, a desmentida e invejosa Provincia do Algarve e, com todos os seus propositos caluniadores, aventou que os fatos se passaram com desprestigio para o sr. dr. João Pedro de Sousa, que afinal colheu braçadas de loiros.

Na descrição dos acontecimentos, a Provincia não expoz uma unica verdade; mentiu, calunioi desde o começo ao fim. Creou posições que ninguém viu; fanteouso palavras que o tenente Ramos não proferiu; idealizou escarros; inventou grupos e bandos; fez coisas diabolicas. E diz que não tem receio de ser desmentida, ella que se bestialisava com os vapores do alcool, no momento em que bolsou tão negras difamações!

Não tem receio de ser desmentida!

Pois então, para facilmente lhe provar que a desmentimos, não com palavras nossas, mas com os declaracões categoricas de pessoas insuspeitas, publicamos em seguida uma serie de cartas sobejamente elucidativas.

Ela aqui ficam para quebrar os dentes á mentecapta e despejada Provincia do Algarve, que tão porcamente vive da calunia, e para fazer a prova indelutivel das agressões covardes e traiçoiras de que foi vitima o sr. dr. João Pedro de Sousa.

Ex.º Sr.

Deve v. estar lembrado de que no momento em que outro dia á noite (dia 20) me sentei junto da Tabacaria Central, ao pé de varios cavalheiros a cujo numero v. pertencia, estava nesse grupo, mas do lado oposto ao meu e á distancia de 4 ou 5 metros, o tenente do 33 Antonio Francisco dos Ramos.

Alguem procura insinuar que o referido tenente Ramos, antes de chegarmos a vias de fato, me dirigiu quaesquer frases, que é o mesmo que dizer que me preveniu do ataque!

Tambem, com a mesma falta de verdade, quem quer que seja pretende fazer constar que eu, chegado ao grupo, tive para com o mesmo tenente Ramos ares provocadores.

Ora, como v. estava presente e observou toda a minha serenidade e boa educacão, e alem disso, como deve estar certo de tudo que se passou, tomo a liberdade de vir incomodá-lo, pedindo-lhe que muma ligeira carta me dê o seu parecer sobre o caso.

Esperando de v. uma consideração da sua resposta, subscrevo-me.

De V.

João Pedro de Sousa.

Ex.º Sr.

Em satisfação ao assinto da carta de v. de 27 do corrente, venho responder-lhe o seguinte:

Que á chegada de v. a uma das portas da Tabacaria Central na noite de 20 a que se refere, não vi da parte de v. qualquer intenção provocadora, bem como tambem não ouvi altercação alguma entre v. e o tenente Ramos antes de chegarem a vias de fato.

Com a devida consideração subscrevo-me.

De V.

João Basilio Correia.

Ex.º Sr.

Respondendo, de bom grado, á carta com que v. acaba de me boorar, tenho a informar o seguinte:

Estive efetivamente sentado á porta da

Central na noite em que se deu o conflito, conversando com o sr. capitão Coutinho junto do qual me sentei porque já de tarde andavamos passeando. Vi chegar v. mas não notei o momento preciso em que se sentou, assim como o não vi dirigir qualquer movimento que se podesse supor uma provocação ao sr. tenente Ramos porque qualquer cousa me entrelinha em conversa com o sr. capitão Coutinho. Do mesmo modo, não posso precisar o momento em que a aggressão teve o seu inicio, vendo-os só depois já dentro da tabacaria onde já muitos cavalheiros intervinham.

Não vi o tenente Ramos chegar-se para v. antes da aggressão, estando convencido de que nada teria havido até então. E' tudo quanto se me oferece dizer.

De V.

F. Silva.

Ex.º Sr.

Em resposta á carta de v. neste momento recebida, e visando o seu conteúdo, apresso-me a communicar-lhe que, no conflito que se deu na noite do dia 20, entre v. e o sr. tenente Ramos, só chamou a minha attenção a luta entre os dois aludidos cavalheiros, procurando em nessa occasião, por dever civico, separar os contendedores.

Subscrevo-me de V.

Antonio Pedro Leal.

Ex.º Sr. Dr. João Pedro de Sousa.

Respondendo ao pedido que v. me fez na carta que me dirigiu, devo dizer-lhe em abono da verdade, relativamente ao que observei na noite do dia 20 do corrente, em que v. e o sr. tenente Antonio Francisco dos Ramos chegaram a vias de fato, o seguinte:

1.º Que o sr. tenente Ramos estava, assim como eu, assentado junto da porta da farmacia dos srs. Bandeira & Ramos, mas junto á porta que fica para a banda da rua de Santo Antonio.

2.º Que o mesmo sr. tenente Ramos, ao dar-me as boas noites de despedida, se dirigiu para o extremo oposto formado pelos cavalheiros que ali tambem se achavam na occasião do conflito, onde parou.

3.º Depois disto que acabo de expor e na occasião em que ia desviar a vista para um outro sitio, vi, não somente que o sr. tenente Ramos se chegava para a frente, mas tambem que todos os cavalheiros que ali se achavam, se levantaram como que impellidos por um sentimento commum.

4.º Pretendendo saber do que era que se tratava, dirigi-me tambem para o lado onde tinha parado o sr. tenente Ramos, notando então que alguma coisa de extraordinario se havia passado entre este e o sr. dr. João Pedro de Sousa, isto é, entre elle e v. visto que ambos se achavam separados e confusos—para que não se agredissem—por alguns dos cavalheiros que ali estavam.

5.º Finalmente, declaro que no começo do conflito não ouvi os srs. tenente Ramos ou v. proferirem quaesquer frases, mas sim depois de separados; frases que bem podem ser consideradas como desabafos quasi que irreprimiveis em tão lamentaveis occasiões.

Direi ainda que não dei pela chegada de v. junto do grupo onde se achava; não podendo, por consequencia, fazer referencia alguma aos ares provocadores que v. diz serem-lhe atribuidos em desfavor do sr. tenente Ramos.

Depois do que fica exposto, espero de v. um alto favor.

Se depois de colher as outras informacões que solicito, puder prescindir da publicação desta minha carta, muitissimo grato lhe ficarei.

Sou republicano por convicção e por dever de officio.

Não estou presentemente filiado em qualquer partido politico, o que não impedirá que em occasião oportuna lance na tina o meu voto, reflectindo assim o compromisso de honra que contrahi para com o meu pais, quando algum tempo depois da proclamação da Republica, me foi pedida a declaração—sob minha palavra de honra—de defender as atuais instituições.

Mas o que é certo é que eu, pretendendo conservar uma absoluta neutralidade politica, desejo tambem que esta minha rigorosa orientação não sofra alteração proveniente de causas alheias á minha vontade.

Para que assim succeda, rogo á v. a publicação desta minha carta,—mas, na integra—se, como pedi, não prescindir da sua publicação.

Assim não se poderá supor que faço parte do grupo politico a que v. pertence,

ce; suposição que, de resto, muito me honraria, se fosse verdadeira.

Subscrevo-me com a mais alta consideração.

De V.

Justino Frederico Crispim.

Ex.º Sr.

Em resposta á carta que v. se dignou dirigir-me com data de hoje, sou a dizer-lhe o seguinte:

Pertencia efetivamente ao numero de individuos que estavam á porta da Tabacaria Central na noite do dia 20 do corrente, em que se deu o conflito entre v. e o sr. tenente Ramos, e a minha resposta será a expressão da verdade, por que segundo a minha consciencia ella está a cima de tudo, e fallaria a um dos mais sagrados deveres de homem de bem se assim não procedesse.

Quando v. ali chegou e que se sentou, já o sr. tenente Ramos estava sentado, mas sentado do lado oposto; poucos minutos depois, vi o mesmo sr. levantar-se e passar em redor do grupo que estava sentado, julgando eu que ele seguia rua abaixo, não o seguindo com a vista por conversar com um cavalheiro que estava a meu lado; e foi neste pequeno intervalo de tempo que o sr. tenente Ramos se aproximou de v., não podendo em dizer nada da que se passou no primeiro momento, entre os dois; o que não aconteceria nem passaria despercebido, se antes deste momento tivesse havido quaesquer palavras mais ou menos provocadoras, quer da parte de v. quer da parte do sr. tenente Ramos. Logo, conclui-se que, antes de chegarem a vias de fato, nem v. nem o sr. tenente Ramos dirigiram as mais pequenas frases um ao outro, de que podesse resultar ou prevenir-se qualquer conflito.

Dito isto, julgo responder cabalmente ás perguntas que v. se dignou dirigir-me e não tendo outro assumto a tratar, tenho a honra de me subscrever com a maxima consideração.

Luiz Gago Nobre de Lacerda.

Ex.º Sr.

Na noite do dia 20 do corrente, noite em que se deu esse lamentavel incidente a que v. se refere na sua carta de 26, estava eu com effeito na Tabacaria Central, mas dentro de casa, conversando animadamente com o sr. Antonio Pedro Leal. Chegou v. e tomou assento na rua, junto da porta mais proxima da farmacia. Nisto, alguém que desconheci e ainda hoje não conheço, mas, que me dizem ter sido o sr. Antonio Francisco Ramos, tenente do 33, dirigiu-se a v.—inesperadamente, ao que me pareceu, atacando-o.

V. defendeu-se como é natural. E felizmente que isso acabou em bem, devido á intervenção do sr. Antonio Pedro Leal e outros cavalheiros que estavam presentes.

Senpre honrando-se estar ao serviço

De V.

Lino Pereira Amores.

Sr. João Pedro de Sousa

Em resposta á carta de v., com data de 26, sou a dizer que no conflito do dia 20 do corrente, pelas vinte e uma horas, á porta da Tabacaria Central entre v. e o sr. tenente do 33 Antonio Francisco dos Ramos, não houve provocação alguma de parte a parte, pelo menos que eu ouvisse, e de mais a mais, estando eu junto de v. e do grupo encontrando-se o sr. tenente Ramos do lado oposto e á distancia de quatro ou cinco metros, o sr. João Pedro de Sousa a instancias do dono da casa, foi buscar uma cadeira e sentou-se e estava serenadamente e distraidamente conversando, quando de repente vejo o sr. tenente Ramos pegado ao sr. dr. João Pedro, e foi então que dei pelo fato da aggressão e em seguida varios cavalheiros apartaram. E' esta a expressão da verdade.

Sou de v. etc.

Antonio Bernardo dos Santos Serpa

Sr. Dr. João Pedro de Sousa

Respondendo á sua carta de hoje, declaro-lhe o seguinte: estando eu num grupo á porta da minha tabacaria, grupo de que fazia parte o sr. tenente Antonio Francisco dos Ramos, vi que o meu amigo chegou e eu mesmo lhe offereci uma cadeira. O grupo estendia-se ao longo do passeio e do logar onde o meu amigo dr. estava até ao logar onde se encontrava o tenente Ramos havia uma distancia de talvez 5 metros. Vi que se sentou ao pé dos srs. Antonio de Serpa e João de Paiva. Nessa altura já eu estava junto do tenente Ramos e major Crispim. Notei que

o tenente Ramos deu as boas noites e se dirigiu rua adiante em redor do grupo. Não vi que ele fosse provocado por ninguém, e nenhuma palavra se trocaram entre ele e o dr.; vi que o dr. estava sentado a conversar distraidamente com o sr. Antonio de Serpa e notei que o sr. tenente Ramos o agrediu inesperadamente e que o meu amigo só deu pela agressão depois do tenente lhe cair em cima. Ali continuou a correrem diversas pessoas que o segurraram.

Aqui tem o meu amigo dr. a expressão da verdade.

Amigo certo,

João Martins Ramos

Sr. Dr. João Pedro de Sousa

Em resposta à carta de V. só tenho a dizer, em primeiro lugar, que quem disser o contrário do que en prececeei e exponho, não faz mais que faltar à verdade e revelar baixeza de caráter.

Eis o caso:

—No dia 20 do corrente, à noite, achando-me em assentado à porta ocidental da tabacaria dos srs. Bandeira e Ramos, onde também se achavam assentados mais cavalheiros, fazendo parte do numero, a 4 ou 5 metros de distancia de mim, o sr. tenente Antonio Francisco Ramos, apparece V. que nos cumprimentou, e, a instancias do dono da tabacaria se assentou junto de mim e do sr. Antonio Bernardino dos Santos Serpa; passados minutos, sem que qualquer de nós desse por tal, o sr. tenente Ramos levantou-se do seu lugar e veio agredir de surpresa a V., que se achava assentado distraidamente a conversar, só danilo pelo agressor quando se sentiu agredido, sem sequer ter tempo para se pôr em guarda.

No momento em que isto se passava, levantei-me e tentei deter o sr. tenente Ramos pelas costas, afim de evitar de qualquer modo, o perigo da aggressão, visto que V. se achava numa falsa posição, creada pela violencia do ataque do agressor, pois que lhe caiu em cima.

Sargindo da parte de dentro do estabelecimento o sr. Leal que conseguiu separar V. do sr. tenente Ramos.

Esperando merecer a consideração e estima, se confessa

De V.

João Xavier de Paiva

Ex.^{mo} Sr.

Como a *Provincia do Algarve*, por intermedio do seu correspondente de Faro, pretendesse desvirtuar a verdade dos acontecimentos que na rua das Lojas se produziram entre mim, o Ludovico de Menezes, o major Alarcão e o tenente Ramos, e desejando eu que não fique no espirito de ninguém a suposição de que é exato o que elle afirma, rogo-lhe o obsequio de me responder por escrito ás seguintes perguntas:

1.ª—Com quem estava eu na manhã do dia 21, à hora a que me defrontei com o tenente Ramos e o Ludovico de Menezes?

2.ª—E' ou não verdade que o major Alarcão, estando eu agarrado pelo agente de policia n.º 15, se dirigiu a mim, ou melhor, correu sobre mim agressivamente?

3.ª—Nesse momento, que foi quando, em legítimo desforço, esbutei o agressor, estava este seguro ou preso por alguém?

4.ª—Porque razão ficou o major sem a cabeleira?

5.ª—E' ou não verdade que depois, quando tudo parecia estar serenado, o major tentou agredir-me novamente, puxando da espada e vindo com ella direito a mim, sem nada justificar o seu procedimento?

Agradecendo o favor da sua resposta, subscrevo-me

De V.

Faro, 29 de agosto de 1912.

João Pedro de Sousa.

Sr. Dr. João Pedro de Sousa

Respondendo à sua segunda carta, pouco lhe poderei dizer, por não ter observado todos os fatos a que V. se refere. Vi V. na rua das Lojas momentos antes de se darem os conflitos; estava acompanhado unicamente de seu irmão dr. Candido, chegando depois ali o sr. José Martins da Cunha, que convidou o sr. dr. Candido a ir ver sua esposa; não vi na rua grupos nenhuns nem observei em pessoa alguma attitudes provocadoras ou exaltadas que deixassem auter quaesquer conflitos. Não assisti ao primeiro encontro que v. ex.^a teve com os officiaes e isto em virtude de ter vindo à minha farmacia uma receita urgente a despachar; sei, por ver, que já depois dos conflitos parecerem terminados, o major Alarcão tentou agredir-me com a espada, no momento em que v. ex.^a estava naturalmente conversando com varios individuos, e de certo o teria ferido gravemen-

te se não fosse desarmado por alguns populares.

De v. etc.

João Martins Ramos.

Sr. Dr. João Pedro de Sousa

Recebida a sua carta, de bom grado lhe respondo:

Quanto à 1.^a pergunta, observei que, estando V. junto da farmacia Bandeira & Ramos, na manhã do dia 21, ali chegou seu irmão o Ex.^{mo} Sr. Dr. Candido de Sousa, a quem en pedi para ir ver minha mulher, que tem estado doente, e pegando n'um braço de V. mostrava desejos de que fuisse também com elle, e V. desculpou-se, dizendo que para esse lado não queria ir acompanhando, pela razão de que, seguindo lhe tinham dito, estava por ali o tenente Ramos e não queria que ninguém dissesse que andava acompanhado, com receio dos officiaes. E' certo, porém, que ainda o acompanhou até ao fundo da rua. Iam os dois somente, porque ali en fiquei atrás conversando com o sr. farmaceutico Ramos, e aficmo que mais ninguém, absolutamente ninguém, estava junto de V. no momento em que se defrontou com o tenente e o Ludovico.

A' segunda pergunta, vi distintamente que foi o major que o agrediu, lançando-se sobre V. que então se encontrava junto do policia n.º 15, e o major, para o agredir, sahi correndo da Drograria Sabath, com a mão na espada.

A' 3.^a pergunta respondo que o major não estava seguro por ninguém no momento em que V. o esbuteu, e só depois varios populares o segurraram.

Em relação à 4.^a, vi que a cabeleira do major caiu no chão juntamente com o boné, por efeito das bofetadas que V. Ex.^a lhe deu.

A' 5.^a pergunta respondo que o major, quando já tudo estava novamente serenado, tentou novamente agredir-me, para o que puchou da espada, dirigindo-a em attitude aggressiva contra V. o que foi evitado pelo policia José Tomé, n.º 27.

Subscrevo-me com a maior consideração e estima

De v. etc.,

José Martins da Cunha.

Sr. Dr. João Pedro de Sousa:

Recebi a prezada carta de V. Ex.^a, e, respondendo ás perguntas que V. Ex.^a n'ella me faz, direi n' seguinte:

Vi passar V. Ex.^a juntamente com seu irmão o sr. dr. tenente-medico, e ninguém mais o rodeava ou acompanhava. Observei que o major Alarcão, vindo dos lados da Ilavaneza, ou de qualquer outro estabelecimento proximo, se dirigiu para o lugar onde se deu o conflito, e se precipitou aggressivamente sobre V. Ex.^a

No momento em que V. Ex.^a esbuteu o major Alarcão somente os dois andavam envolvidos, e só depois d'isso alguns populares e policiaes os separaram.

O chinó, o boné e as lunetas caíram no chão por causa das violentas bofetadas que V. Ex.^a lhe deu, e não porque outra mão extranha, como alguém pretende, lho arrancasse.

Depois de tudo apazighnado, vi que o major Alarcão, sem motivo nenhum, desembainhou a espada, e quiz agredir de novo a V. Ex.^a, sendo então desarmado por varios individuos.

Por ter ouvido a varias pessoas, também sei, com referencia ao conflito que na vespera o tenente Ramos teve com V. Ex.^a; que aquele se partiu de minha maeira nada humrosa para quem veste uma farda de official.

Sou com toda a consideração

De v. etc.,

Bartolomeu Pessanha de Mendonça.

Sr. Domingos Angelo:

Como a *Provincia do Algarve*, ao relatar as occorrencias do dia 21, na rua das Lojas, entre mim, o Ludovico de Menezes e os srs. major Alarcão e tenente Ramos, é extremamente parcial e mentirosa nas afirmações que faz, tomo a liberdade de lhe perguntar o seguinte:

Na occasião em que me dirigi ao sr. tenente Ramos e ao Ludovico de Menezes, quem estava ao pé de mim? Diz a *Provincia do Algarve* que era um bando de dez pessoas.

Que resposta on que palavras proferiu o sr. tenente Ramos quando foi reptado a bater-se comigo? Diz a *Provincia* que ele retorquiu n'estes termos: «Não tenho agora vagar para isso, vou almoçar.» Qual foi em seguida o procedimento do sr. tenente Ramos?

Diz a *Provincia do Algarve* que o individuo de nome Joaquim dos Santos, vulgarmente conhecido pela alcunha de *Begas*, se dirigiu ao sr. tenente Ramos, saltando do grupo provocador. Acaso o *Begas* estava comigo ou junto de quaesquer outras pessoas?

Diz a *Provincia do Algarve* que eu, no momento em que o sr. major Miguel Alarcão pretendeu defender o seu cama-

rada tenente Ramos, *avancei para ele* e que só depois do referido major estar seguro ou preso por alguém, lhe dei as bofetadas. A *Provincia* até parece pôr em duvida que fui eu quem deu as bofetadas ao sr. major Alarcão!

Na occasião em que este mesmo sr. puchou a espada contra mim, teria necessidade de se valer d'ella para evitar qualquer aggressão imminente?

Espero que me responda a estas perguntas. Tem para mim um alto valor o seu depoimento, porque sei que presenciou estes fatos, mais ou menos, e além d'isso pela circumstancia da propria *Provincia do Algarve* o considerar como um rapaz honesto e são, e sem mauchas na sua vida.

Seu amigo,

João Pedro de Sousa.

Sr. Dr. João Pedro de Sousa

Recebi a sua carta e cumpre-me dizer-lhe: — Que vi o sr. tenente Ramos e o Ludovico de Menezes na manhã do dia 21, à rua das Lojas, e que n'essa occasião, que fui quando se deram os conflitos, estava o sr. dr. João Pedro de Sousa ao pé de seu irmão sr. dr. Candido de Sousa. Vinham pela rua abaixo os dois somente e en estava à esquerda, junto do policia n.º 15. Ouvi que o sr. dr. dirigiu umas palavras ao tenente Ramos e este oibou para si e nada respondeu, caminhando para o sr. Ludovico de Menezes, a quem cumprimentou. N'isto o sr. dr. João Pedro dirigiu-se para eles e o sr. tenente Ramos desapareceu da circulação, fugido, o que não devia fazer. Vi o sr. dr. agarrado pelo policia n.º 15. A *Provincia do Algarve* falia a verdade, afirmando que o sr. dr. e seu irmão estavam acompanhados de dez pessoas, visto que estavam sós, e nem havia na rua qualquer grupo, sendo certo que nem o official de diligencias José Joaquim dos Santos (o *Begas*) estava proximo. Vinha pela rua abaixo, mas do lado oposto. Quando o sr. dr. João Pedro esbuteu o major, não estava nenhuma pessoa agarrada a elle. Finalmente, vi que o major puxou da espada para o agredir e não para se defender de qualquer aggressão, pois que o sr. dr. n'essa altura estava sucegado.

De v.

Domingos Angelo.

CARREIRA DE TIRO DE FARO

CAMPEONATO DE TIRO CIVIL

Realizou-se no dia 22 de agosto de 1912, com o fim de abrilhantar a festa do Juramento da Bandeira, prestado pelos recrutas da segunda parte do contingente d'este ano, do 3.º batalhão de infantaria 4.º Foram os seguintes os premios destinados aos atiradores civis, que concorreram em numero de dezesseis:

Um bronze, representando *A guerra*, offerta da Camara Municipal, que coube ao primeiro classificado, sr. Antonio Correa, que fez 58 pontos e 10 empates em 10 tiros. Um *estoujo toilette*, offerta da Associação Commercial, que coube ao segundo classificado, sr. Raul da Silva Duarte, que fez 58 pontos e 10 empates em 10 tiros. Houve desempate entre estes dois atiradores. Uma *manteiguiera* em metal e vidro, offerta dos officiaes do 3.º batalhão de infantaria 4.º que coube ao terceiro classificado, sr. Francisco Sande Lemos, que fez 57 pontos e 10 empates em 10 tiros. Uma *palmatoria* em metal, offerta da Associação Commercial, que coube ao quarto classificado, sr. André Martins Caiado, que fez 53 pontos e 10 empates em 10 tiros. O primeiro classificado foi proclamado Campeão.

Faro, 28 de agosto de 1912.

O director da carreira,

Francisco José Barros,

Ten. de inf.^a 4.

MAIS EGOS E CONSIDERAÇÕES

Complot de Evora

Prestaram relevantes serviços no telegrafo, por occasião da descoberta do complot de Evora os srs. Moisés Feijão, José do Rosario, F. Fonseca e Manuel Tavares Grelo que também já evidenciara a sua dedicação pela Republica batendo-se corajosamente nas lutas da implantação do regimen quando era chefe da estação telegraphica de artilharia 1.º

Felicitamos os republicanos de Evora por terem junto de si tão dedicados amigos das instituições.

Os cordoeiros

Apezar das varias reclamações que neste lugar temos apresentado á Commissão municipal, contra a incomoda permanencia dos cordoeiros no Largo de S. Francisco, estes continuam im-

pinamente a atormentar, de sol a sol, os ouvidos dos malaventurados moradores do referido largo.

Agora avenia-se a desculpa de que o referido largo foi aforado para aquele serviço e que a camara não pode rescindir o respectivo contrato.

Não queremos discutir o que esta aocarda contem de estúpido, todavia sempre continuaremos a afirmar que se no referido largo morasse qualquer dos ilustres edis os cordoeiros já teriam sido mandados para qualquer local onde não fizessem perda nem dano.

Mas... Quem é pobre pode bem dispensar-se ao luxo de ter ouvidos e tomara a camara tempo para reparar no alinhamento das novas construções que por aki se estão fazendo, para atender as justas reclamações das freguezias rurais—que por sinal ainda não foram atendidas—e para *proceder* contra certos fabricantes de caixotes que utilisam a via publica como se ella fosse propriedade exclusivamente sua!

Será verdade?

Consta-nos que alguns *pinhões*, eméritos provocadores e desordeiros, se absteem agora de sair de noite e explicam o seu gesto pelo terror que dizem inspirar-lhe a carbonaria e certos grupos defensores das instituições vigénicas.

Ora os pandegos!

Medo tem eles, mas vergonha...

Comemorando

No proximo aniversario da proclamação da Republica será lançada a primeira pedra para a construção do mercado de frutas e hortaliças na laboriosa vila de Oihão.

A eterna chuchadeira

Os sympathicos admiradores do sr. major Alarcão pretendem agora, por triste cumulo da comedia que se representou na rua das Lojas, convencer os papalvos de que a pergaminhosa cabeleira desse *energico* fidalgo não podia cair por efeito das bofetadas que lhe vibrou o sr. dr. João Pedro de Sousa.

Nesia ordem de ideias, o sr. major tem-se visio grego, a requerer exames e a sujeitar-se ao vergonhoso espetaculo de consentir que lhe façam cogeças na cabeça, a fim de se resolver se a cabeleira caiu por virtude das bofetadas ou se teria sido arrancada propositamente.

Houve já um exame feito por dois medicos e neste exame concluiu-se que podia realmente despegar-se como natural consequencia das bofetadas.

Mas um só exame não chegava: era preciso outro, que se realisasse com a interferencia de dois officiaes do exercito. Qual será o resultado?

Oihe, sr. major, uma de duas, e tudo se resolve imediatamente: ou a seu favor, se o exame lhe for feito pelos srs. Beirão Rachado e Ludovico de Menezes, ou a nosso favor, se por ventura se quizer sujeitar a outra prova... ao natural.

E não haverá exames que tenham por fim determinar quem foi que arrancou ao sr. major as sobranceiras, as pestanas, os dentes e as lunetas?

Intrujices e immoralidades

O Ludovico de Menezes, ao ser preso no dia 25 do corrente, pediu *pelo amor de Deus* ao policia n.º 38 que lhe não apprehendesse o revolver, que era a sua desgraça, porque não tinha licença de uso e porte de arma. Ha dez ou quinze testemunhas que observaram este humilhante pedido e que até viram o Ludovico, todo atarralhado, a querer passar o revolver, subrepticamente, para as mãos do filho do major Alarcão, e foi nessa altura que o policia 38 lhe fez a apreensão.

Pois, o Ludovico, sem já se lembrar de todas estas tristissimas e comprometedoras contingencias, foi a Tavira, intrajou o sr. Pires Faleiro, administrador do concelho, e conseguiu, por vergonha das vergonhas, que o sr. administrador do concelho de Tavira lhe passasse, *com a data do dia 24*, uma licença de uso e porte de armastil!

E cometem estas illegalidades e sujeitam-se a estes vexames as autoridades administrativas da Republica! Até já parecem autoridades do tempo da monarchia.

Mas que? O Ludovico e o Paulino de Andrade assim o ordenaram!... e o sr. Faleiro obedeceu!

A popularidade

Do nosso colega *O Carbonario* transcrevemos as seguintes palavras:

Osr. Paulino—Treme a terra, treme o ceu, treme o mar, treme tudo, e elle...impavido, contempla a sua obra, com a mesma satisfação do Christo no seirimo dia.

O Algarve agita-se dum extremo ao outro, mas S. S.^a não viu ainda o caminhar por onde deve enveredar. Verão

que só depois de ter corrido sangue, é que o despacham para outro sitio.

Tal qual o que aconteceu por cá em janeiro, com relatorios afirmando o contrario do que todos viam e sabiam. Já é ser *calisto*!...

Subscrição Nacional para a compra de aeroplanos

O *Heraldo*, sempre deseioso de contribuir para o engrandecimento da Patria Portuguesa, abre nas suas columnas uma subscrição, cujo produto será aplicado á compra de aeroplanos para serviço do exercito.

Esperangados em que todos os bons portuguezes nos auxiliarão dentro das suas forças, aqui deixamos o nosso apêlo e fica aberta a subscrição:

Transporte... 70800

Antonio Rodrigues de Passos... 12000

Soma... 82800

NOTICIARIO

Vimos nesta cidade o nosso amigo sr. Frederico de Castro, administrador do concelho de Monchique.

Deram-nos o prazer da sua visita nesta redação os srs. dr. Candido Guerreiro, José da Costa Ascensão e dr. Ascensão, de Loulé, o sr. Raul Pousão Ramos, de Oihão, e o sr. dr. Ernesto Cardoso, delegado do procurador da Republica em Portel.

Acompanhado de sua filha, regressou das Caldas da Rainha o sr. David Sabath.

Tambem partiu para Portimão o sr. Constantino Cumano e familia, e o sr. dr. Cortes e sua esposa.

Afim de inspecionar os postos meteorologicos do Sul, estiveram em Faro os srs. coronel Almeida Lima e tenente Guilherme Capelo, respectivamente director e observador do observatorio do Infante D. Luiz, de Lisboa.

Foram mordidas por um cão ataca do de raiva algumas creanças de Messines, duas das quaes já foram receber tratamento ao Instituto Bacteriologico de Lisboa.

Partiu para Lisboa o sr. dr. Matos Cid, presidente da Commissão Municipal Administrativa desta cidade.

Acompanhado de sua familia, partiu para Portimão o sr. engenheiro Carlos Abers.

Foi atropelado pela propria carroça que guiava, o carroceiro Manuel Mansinho, de Messines, que ficou com um braço deslocado.

CARTEIRA

Fazem anos:

Amãhã, domingo — D. Maria dos Santos Pacheco, D. Leonor Roque Faria, D. Joana Augusta Correia, D. Antonia Gomes Vieira, D. Adelfina Pacheco, dr. Alvaro Judice, Joaquim Vieira dos Santos, José Domingos Soares, Aurelio Bizarrio Carrajola Travassos Neves e Alfredo Aires de Mendonça, Gzibia.

Segunda, 2 — D. Joana da Silva Frazão, D. Maria Moreira Salgado, D. Alice Fernanda dos Santos, D. Ana Lopes Gonçalves, Joaquim dos Santos Malveira, José Antonio Pereira, João da Cunha, Manuel Augusto Vila Lobos e José Mauricio Monteiro.

Terça, 3 — D. Ana do Bisar Cumano, D. Elvira Libania Ferreira, D. Luiza Eugénia Matos, D. Anastacia das Dores Laranjeira, D. Rosalina Alves Santos, Antonio Filipe Brinca, Joviano da Silva Rosa, Alfredo Esteves de Sousa e Francisco da Paula Rodrigues.

Quarta, 4 — D. Maria Rebelo Neves, D. Eugénia Mendes Luz, D. Gabriela do Sousa Bix, D. Maria da Silva e Melo, D. Edmunda do Carmo Balsa, Manuel Carlos, Antonio Vaz Velho da Palma, João de Sousa Faro, Luiz do Carmo Ferreira e o menino Eduardo Moreira da Silva.

Nascimento:

A sr.^a D. Ana Alberto Pousão Pereira, esposa do sr. dr. João Lucio Pousão Pereira, deu á luz com muita felicidade uma interessante creança do sexo feminino. As nossas felicitações.

ESTÁ Á VENDA:

Vinhas, vinhos e prados

POR

A. VENANCIO PACHECO

Br. 600 réis.

OFICIAL DE BARBEIRO

Precisa-se um. Tratar com Vilhena Junior—Faro.

AUTOMOVEL NOVO

Aluga-se. Trata-se com Armando Ignacio Pires.

Rua Primeiro de Dezembro 52—Faro.

PREDIO

Vende-se uma casa com altos e baixos, no largo do Poço de S. Pedro, em Faro, com o n.º A de policia.

Quem pretender, dirija-se a João Lopes do Rosario, ourives.

Fornecimento completo de livros necessarios em todos os collegios e liceus